

Relatório da Administração 2016

Senhores Acionistas - A Administração da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A Companhia foi constituída em 18 de março de 2015 com início das operações em 1º junho de 2015.

Mensagem da Administração - Desde 1º de junho de 2015, a Ponte Rio-Niterói é administrada pelo Grupo EcoRodovias, sob o edital de concessão nº 01/2015 - Concessão da rodovia federal BR-101/RJ, trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha). Cabe à empresa da infraestrutura e da manutenção, conservação, implantação de melhorias sistema rodoviário de 13,2 km de extensão e 10 km de acessos, além da prestação de serviço aos mais de 150 mil veículos recebidos na Ecoponte diariamente. A Ecoponte é a principal ligação entre as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e interior do Estado, sobretudo com a região dos Lagos e litoral norte Fluminense. A Ponte Rio-Niterói é um marco da capacitação da engenharia nacional. Inaugurada em 1974, ela ainda detém alguns recordes importantes: • A maior ponte do Hemisfério Sul; • O maior vão em viga reta contínua do mundo: vão central de 300 metros de comprimento e 72 metros de altura; • A mais importante estrutura protendida das Américas, com mais de 2.150 km de cabos no interior de sua estrutura; • Uma das maiores pontes do mundo em volume espacial (área construída), por conta de seu comprimento, largura e a altura dos pilares e das fundações submersas cravadas na rocha do fundo da Baía de Guanabara. O prazo contratual é de 30 anos, estendendo-se até maio de 2045.

Práticas Contábeis - As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

Resultados Operacionais - Tráfego: O volume de tráfego de veículos equivalentes pagantes aumentou devido a cobrança de pedágio nos 12 meses de 2016, comparado a apenas 7 meses em 2015, uma vez que a Companhia iniciou a operação em 1º de junho de 2015. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, o tráfego apresentou crescimento de 1,0%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Em junho de 2016, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da Ecoponte em 9,5% pelo IPCA.

Resultados Econômicos e Financeiros - Receita Bruta - A receita bruta totalizou R\$174,7 milhões, aumento de 143,0% comparado aos R\$ 71,9 milhões no exercício findo de 2015. Esse crescimento deve-se a consolidação de 12 meses em 2016 comparado apenas 7 meses em 2015, devido ao início da operação da Companhia em 1º junho de 2015. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, a receita bruta atingiu R\$69,8 milhões, crescimento de 8,8%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Receita Líquida - A receita líquida atingiu R\$ 164,9 milhões em 2016, excluindo a receita de construção, a receita líquida pró-forma foi de R\$ 104,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, a receita líquida atingiu R\$63,7 milhões, crescimento de 8,8%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Para mais informações sobre a Receita Bruta, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas - Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 109,8 milhões desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 43,1 milhões. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, os custos caixa atingiram R\$24,3 milhões, redução de 15,4%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro - O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$8,4 milhões, basicamente devido a receita sobre aplicações financeiras. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, o

resultado financeiro apresentou redução de 22,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, em função do menor nível de caixa.

Lucro Líquido - O lucro líquido no exercício de 2016 atingiu R\$ 43,9 milhões. Em bases comparáveis, considerando os meses de junho a dezembro de 2016, o lucro líquido apresentou R\$20,3 milhões, redução de 12,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, em função do menor nível de caixa.

Disponibilidade Financeira E Endividamento - A Ecoponte encerrou dezembro de 2016 com saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de R\$ 63,1 milhões e não detém dívidas de modalidade de empréstimos, financiamentos e/ou debêntures no exercício findo de 31 de dezembro de 2016. Para mais informações sobre Disponibilidade e Endividamento, vide notas explicativas.

Capex - Os investimentos realizados pela Ecoponte totalizaram R\$ 68,0 milhões em 2016, com destaque para investimentos em elaborações de projetos e estudo de ampliações, pavimento, desapropriações e obras de ampliação. Informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

Relacionamento com os Auditores Independentes - Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$150,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Ativo Circulante	Nota explicativa	31/12/16		31/12/15		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	31/12/16		31/12/15	
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	63.086	80.961			Fornecedores.....		6.755	3.385		
Clientes.....	6	7.019	6.962			Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	1.378	1.134		
Despesas antecipadas.....	7	953	1.230			Partes relacionadas - fornecedores.....	14	2.549	1.355		
Tributos a recuperar.....	11	77	51			Obrigações sociais e trabalhistas.....	13	2.767	1.866		
Outros créditos.....		376	495			Imposto de renda e contribuição social a pagar.....	10.c)	1.441	964		
Total do ativo circulante.....		<u>71.511</u>	<u>89.699</u>			Obrigações com poder concedente.....	15	258	236		
						Dividendos e juros sobre capital próprio ...		461	-		
						Provisão para construção de obras.....	16	31.443	36.546		
						Outras contas a pagar.....		4	4		
						Total do passivo circulante.....		<u>47.056</u>	<u>45.490</u>		
						Não Circulante					
						Provisão para construção de obras.....	16	30.992	49.034		
						Provisão para manutenção.....	17	2.431	-		
						Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	18	26	-		
						Outras contas a pagar.....		1.972	248		
						Total do passivo não circulante.....		<u>35.421</u>	<u>49.282</u>		
						Patrimônio Líquido					
						Capital social subscrito.....	19.a)	120.000	120.000		
						Capital social a integralizar.....	19.a)	-	(36.000)		
						Reserva de capital - legal.....	19.b)	3.351	1.158		
						Reserva de capital - plano de opção com base em ações.....	19.e)	103	49		
						Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos.....	19.d)	241	4.790		
						Total do patrimônio líquido.....		<u>123.695</u>	<u>89.997</u>		
Total do Ativo.....		<u>206.172</u>	<u>184.769</u>			Total do Passivo e Patrimônio Líquido .		<u>206.172</u>	<u>184.769</u>		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
		Dividendos Adicionais Propostos	Plano de opção com base em ações			
	Subscrito	A integralizar	Legal			
Integralização de capital.....	19.a)	120.000	(36.000)	-	-	84.000
Opções outorgadas reconhecidas.....	19.e)	-	-	-	49	49
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	23.165	23.165
Destinação do lucro:						
Reserva legal.....	19.c)	-	-	1.158	-	(1.158)
Dividendos intermediários (R\$0,20 por ação)...	19.d)	-	-	-	(17.217)	(17.217)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,06 por ação).....	19.d)	-	-	4.790	(4.790)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015.....		120.000	(36.000)	1.158	4.790	89.997
Integralização de capital.....	19.a)	-	36.000	-	-	36.000
Dividendos distribuídos (R\$0,04 por ação).....		-	-	(4.790)	-	(4.790)
Opções outorgadas reconhecidas.....	19.e)	-	-	-	54	54
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	43.859	43.859
Destinação do lucro:						
Reserva legal.....	19.c)	-	-	2.193	-	(2.193)
Dividendos intermediários (R\$0,29 por ação)...	19.d)	-	-	-	(35.021)	(35.021)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$0,05 por ação).....	19.d)	-	-	-	(6.404)	(6.404)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,002 por ação).....	19.d)	-	-	241	(241)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016.....		120.000	-	3.351	103	123.695

Demonstração do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/16	31/12/15		31/12/16	31/12/15
Receitas			Pessoal.....	16.170	9.156
Com arrecadação de pedágio.....	111.857	63.067	Remuneração direta.....	12.133	6.960
Com construção.....	60.430	7.766	Benefícios.....	3.357	1.834
Outras receitas.....	2.443	1.062	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.....	680	362
	<u>174.730</u>	<u>71.895</u>	Impostos, taxas e contribuições.....	29.474	17.432
Insumos Adquiridos de Terceiros.....			Federais.....	23.799	14.239
Custo dos serviços prestados.....	(80.953)	(20.357)	Municipais.....	5.675	3.193
Materiais, energia e serviços de terceiros.....	(8.155)	(6.393)	Remuneração de capitais de terceiros.....	3.303	906
	<u>(89.108)</u>	<u>(26.750)</u>	Aluguéis.....	710	437
Valor Adicionado Bruto.....	85.622	45.145	Outros efeitos financeiros.....	2.593	469
Depreciações e Amortizações.....	(3.833)	(1.445)	Remuneração de capitais próprios.....	43.859	23.165
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	81.789	43.700	Dividendos intermediários pagos.....	35.021	17.217
Valor Adicionado Recebido em Transferência			Juros sobre o capital próprio.....	6.404	-
Receitas financeiras.....	11.017	6.959	Reserva legal.....	2.193	1.158
Valor Adicionado Total a Distribuir.....	92.806	50.659	Reserva para dividendos.....	241	4.790
Distribuição do Valor Adicionado.....	92.806	50.659			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 01 de junho de 2015. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 15. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 01 de junho de 2015. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir. **2.2. Moeda funcional de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) **Instrumentos financeiros:** (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação: **Mensuração Subsequente:** • **Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado. • **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do

resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. (ii) **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** (iii) **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/16	31/12/15
Receita Líquida.....	20	164.883	66.362
Custo dos Serviços Prestados.....	21	(96.713)	(28.370)
Lucro Bruto.....		68.170	37.992
Receitas (Despesas) Operacionais.....			
Despesas operacionais.....	21	(13.045)	(9.482)
Outras receitas (despesas), líquidas.....		(63)	63
		<u>(13.108)</u>	<u>(9.419)</u>
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro.....		55.062	28.573
Resultado Financeiro.....			
Receitas financeiras.....	22	11.017	6.959
Despesas financeiras.....	22	(2.593)	(469)
		<u>8.424</u>	<u>6.490</u>
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social.....		63.486	35.063
Imposto de Renda e Contribuição Social.....			
Correntes.....	10.b)	(20.542)	(12.385)
Diferidos.....	10.b)	915	487
		<u>(19.627)</u>	<u>(11.898)</u>
Lucro Líquido do Exercício.....		43.859	23.165
Lucro Líquido por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído.....		0,37	0,19

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/16	31/12/15
Lucro Líquido do Exercício.....	43.859	23.165
Outros Resultados Abrangentes.....		
Resultado Abrangente do Exercício.....	43.859	23.165

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/16	31/12/15
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido.....	43.859	23.165
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações.....	3.833	1.445
Constituição de provisão para manutenção.....	2.431	-
Atualização monetária da provisão de construção de obras.....	1.995	-
Constituição de provisão para contingências cíveis e trabalhistas.....	59	-
Atualização monetária da provisão para contingências cíveis e trabalhistas.....	3	-
Perda/baixa do ativo intangível.....	354	63
Tributos diferidos.....	(915)	(487)
Plano de opção com base em ações.....	54	49
Obrigações com poder concedente.....	2.988	1.653
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD.....	48	12
Provisão para imposto de renda e contribuição social (Aumento) redução nos ativos operacionais:.....	20.542	12.385

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 Joint Venture	Tem o objetivo de esclarecer que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo divulgar informações aos usuários para que possam avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 2 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer sobre a classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4. Principais uso de estimativas e julgamento: A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 15.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos.....	1.940	615
Aplicações financeiras		
Fundo de investimentos (a)	60.888	23.652
Aplicações Compromissadas (b)	-	55.921
Aplicações automáticas compromissadas (c).....	258	773
Total	<u>63.086</u>	<u>80.961</u>

	Custo					Depreciação					Residual	
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	11,9	-	641	-	-	641	-	(38)	-	(38)	603	-
Máquinas e equipamentos	4,8	-	832	-	-	832	-	(20)	-	(20)	812	-
Móveis e utensílios	3,7	-	437	-	-	437	-	(8)	-	(8)	429	-
Imobilizado em andamento	-	-	13	-	-	13	-	-	-	-	13	-
	-	-	1.923	-	-	1.923	-	(66)	-	(66)	1.857	-

	Custo					Depreciação					Residual	
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	17,7	641	1.766	-	-	2.407	(38)	(269)	-	(307)	2.100	603
Máquinas e equipamentos	10,9	832	1.513	-	-	2.345	(20)	(173)	-	(193)	2.152	812
Móveis e utensílios	9,2	437	165	-	-	602	(8)	(48)	-	(56)	546	429
Imobilizado em andamento	-	13	672	-	-	685	-	(55)	-	(55)	630	13
	-	1.923	4.116	-	-	6.039	(66)	(545)	-	(611)	5.428	1.857

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos exercícios.

9. Intangível: Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Custo					Amortização					Residual		
	Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Contrato de concessão.....	(*)	-	91.914	(65)	-	91.849	-	(1.345)	2	-	(1.343)	90.506	-
Intangível em andamento.....	-	-	1.497	-	-	1.497	-	-	-	-	-	1.497	-
Softwares de terceiros.....	9,0	-	757	-	-	757	-	(34)	-	-	(34)	723	-
	-	-	94.168	(65)	-	94.103	-	(1.379)	2	-	(1.377)	92.726	-

	Custo					Amortização					Residual		
	Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Contrato de concessão.....	(*)	91.849	14.114	(52)	5.350	111.261	(1.343)	(3.063)	-	-	(4.406)	106.855	90.506
Intangível em andamento.....	-	1.497	24.004	(302)	(5.350)	19.849	-	-	-	-	-	19.849	1.497
Softwares de terceiros.....	21,0	757	629	-	-	1.386	(34)	(225)	-	-	(259)	1.127	723
	-	94.103	38.747	(354)	-	132.496	(1.377)	(3.288)	-	-	(4.665)	127.831	92.726

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão, é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, em 31 de dezembro de 2016 esse percentual é de 2,9% (2,9% em 31 de dezembro de 2015). (**) Os principais valores concentram-se nas ampliações de praças de pedágio, grades, lamelas, reparos, revestimentos e obras no Mergulhão de Niterói. Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura investida na ponte e alças de acesso.

10. Imposto de renda e contribuições sociais: Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data de balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016	31/12/2016
Provisão para férias e encargos de diretores.....	45	107	(31)	121	76
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	4	25	(21)	8	4
Provisão para perdas civéis	-	21	(12)	9	9
Amortização provisão construção	438	1.779	(953)	1.264	826
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	487	1.932	(1.017)	1.402	-
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	915	-

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes não realizados nos seguintes anos:

	31/12/2016	31/12/2015
2017.....	383	136
2018.....	255	87
2019.....	255	87
2020.....	509	177
	<u>1.402</u>	<u>487</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. b) **Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social:** Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário, 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira e 5,0% em Títulos Públicos. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras comprometidas em 31 de dezembro de 2015 eram remuneradas à taxa de 99,0% CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações comprometidas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias. (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 01 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

6. Clientes: Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias. A composição está assim representada:

	31/12/2016	31/12/2015
Pedágio eletrônico.....	6.406	6.401
Cupons de pedágio	517	424
Receitas acessórias	156	149
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (a).....	(60)	(12)
	<u>7.019</u>	<u>6.962</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer.....	7.019	6.888
Vencidos:		
Até 30 dias.....	-	12
De 31 a 60 dias.....	-	33
De 61 a 90 dias.....	-	1
De 90 a 120 dias.....	-	28
Acima de 120 dias.....	60	12
	<u>7.079</u>	<u>6.974</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	12	-
Valores recuperados no exercício	(1)	-
Constituição de PECLD no exercício	49	12
	<u>60</u>	<u>12</u>

7. Despesas antecipadas: O saldo de R\$953 em 31 de dezembro de 2016, classificado no ativo circulante (R\$1.230 em 31 de dezembro de 2015), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais estão descritos na Nota Explicativa nº 27.

8. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Custo					Depreciação					Residual	
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	11,9	-	641	-	-	641	-	(38)	-	(38)	603	-
Máquinas e equipamentos	4,8	-	832	-	-	832	-	(20)	-	(20)	812	-
Móveis e utensílios	3,7	-	437	-	-	437	-	(8)	-	(8)	429	-
Imobilizado em andamento	-	-	13	-	-	13	-	-	-	-	13	-
	-	-	1.923	-	-	1.923	-	(66)	-	(66)	1.857	-

	Custo					Depreciação					Residual	
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	17,7	641	1.766	-	-	2.407	(38)	(269)	-	(307)	2.100</	

14. Partes relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Passivo	
		Contas a pagar	
Circulante			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	204	
CR Almeida S.A. Engenharia de obras (b)	Outras partes relacionadas	2.345	
Total em 31 de dezembro de 2016		2.549	
Total em 31 de dezembro de 2015		1.355	
		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	2.773	1.825
Total em 31 de dezembro de 2016		2.773	1.825
Total em 31 de dezembro de 2015		3.714	1.336

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$4.598, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. (b) A CR Almeida S.A. Engenharia de obras, presta serviços de execução de serviços de implantação de passagem subterrânea (Mergulhão), duas passarelas para pedestres e melhorias do sistema viário. O preço global firmado é de R\$55.300. O prazo de execução desses serviços é de julho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 há um saldo de serviços a realizar de R\$6.199. O saldo em aberto de R\$2.345 em 31 de dezembro de 2016 sobre os serviços já realizados têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. **Remuneração de administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram pagos aos administradores beneficiários de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em R\$1.210. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2017, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a ratificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.336, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance. A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração (fixa/variável)	1.074	362
Plano de opção baseada em ações (vide Nota explicativa nº 19.e)	54	49
Previdência privada	57	35
Remuneração baseada ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	151	-
	1.336	446

15. Obrigações com Poder Concedente

Verba de fiscalização - ANTT 258 236
 Conforme contrato da Companhia, firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser paga o título de fiscalização o valor mensal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado é de R\$258. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	236	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	2.988	1.653
Pagamento	(2.966)	(1.417)
Saldo final	258	236

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2016, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	31/12/2016	Previsão de 2017-2045
Melhorias na infraestrutura	725.679	
Conservação especial (manutenção)	439.444	
Equipamentos	93.520	

16. Provisão para construção de obras: Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,5% a.a. Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Realização da construção	-	(25.140)	-	(25.140)
Ajuste a valor presente - realizações	-	-	1.995	1.995
Efeito de valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
	85.580	(25.140)	1.995	62.435

Circulante 36.546 31.443
 Não circulante 49.034 30.992
17. Provisão para manutenção: Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 9,5% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Adição	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	-	3.177	3.177
Efeito de valor presente sobre a constituição	-	(746)	(746)
	-	2.431	2.431
Não circulante	-	-	2.431

18. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas: Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	-	7	7
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	52	-	52
(-) Pagamentos	(29)	(7)	(36)
(+) Atualização monetária	3	-	3
Saldos em 31 de dezembro de 2016	26	-	26

(a) **Processos cíveis:** O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$1.295 (R\$0 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. (b) **Processos trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não existem processos de natureza trabalhista, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. (c) **Processos tributários:** Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

19. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$120.000, representado por 120.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 17 de maio de 2016, foi integralizado a parcela restante de R\$36.000. b) **Capital autorizado:** Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 120.000.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência. c) **Reserva de lucros - legal:** Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$3.351 (R\$1.158 em 31 de dezembro de 2015). d) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de dividendos pagos até 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$45.754, refere-se a R\$4.790 saldo de dividendos remanescentes de 2015, já aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2016. R\$35.021 dividendos intermediários do exercício de 2016 e R\$5.943 a título de juros sobre capital próprio do exercício de 2016. O saldo de R\$461 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses. O cálculo dos dividendos é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido	43.859	23.165
Reserva legal - 5%	(2.193)	(1.158)
	41.666	22.007

Proposta da Administração:
 Dividendos intermediários pagos (35.021) (17.217)
 Juros sobre capital próprio (6.404) -
 Dividendos a pagar no exercício seguinte (241) (4.790)

e) **Reserva de capital - plano de opção com base em ações:** Conforme deliberado em AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como "despesa de pessoal", em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano. O plano de opção com base em ações, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura S.A. A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria. O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia da EcoRodovias Infraestrutura. A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2016, foi registrado na rubrica "Plano de opções com base em ações" o valor de R\$54 (R\$49 em 31 de dezembro de 2015). A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

20. Receita líquida: Política contábil: **Receitas:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se: a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio. c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. **Imposto sobre prestação de serviços:** Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos

na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços. Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	57.228	30.783
Pedágio eletrônico (a)	53.945	31.684
Vale pedágio	681	598
Outros	3	2
	111.857	63.067
Receitas acessórias (b)	60.430	1.063
Receita de construção	2.443	7.766
Receita bruta	174.730	71.896
Deduções sobre a receita bruta (c)	(9.847)	(5.534)
Receita líquida	164.883	66.362

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico; (b) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros; (c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue a tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	31/12/2016	31/12/2015
Base de cálculo de impostos	111.857	63.067
Receitas com arrecadação de pedágio	2.443	1.063
Receitas acessórias	114.300	64.130
Deduções		
COFINS (3%)	(3.429)	(1.924)
PIS (0,65%)	(743)	(417)
ISS (2% a 5%)	(5.675)	(3.193)
	(9.847)	(5.534)
21. Custos e despesas operacionais - por natureza		
Pessoal	16.170	9.156
Conservação e manutenção	4.779	2.453
Serviços de terceiros (*)	10.827	9.963
Seguros (Vide Nota Explicativa nº 27)	2.982	1.882
Poder Concedente (Vide Nota Explicativa nº 15)	2.988	1.653
Locação de imóveis e máquinas	710	437
Depreciações e amortizações	3.833	1.445
Custo de construção de obras	60.430	7.766
Provisão para manutenção	2.431	-
Outros custos e despesas operacionais	4.608	3.097
	109.758	37.852
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	96.713	28.370
Despesas gerais e administrativas	13.045	9.482
	109.758	37.852

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

22. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	10.969	6.956
Outras	48	3
	11.017	6.959
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente - provisão para construção de obras	(1.995)	-
Outras	(598)	(469)
	(2.593)	(469)
	8.424	6.490

23. Lucro por ação: a) **Lucro básico por ação:** O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	43.859	23.165
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	120.000	120.000
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas	0,37	0,19

b) **Lucro diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 19.e), pois, o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

24. Participação nos Lucros e Resultados - PLR: A Companhia tem como política a distribuição de participação nos lucros e resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2016, a PLR foi de R\$760 (R\$458 em 31 de dezembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". **25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Gestão de capital:** O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento:

	31/12/2016	31/12/2015
Dívida (i)	258	236
Caixa e equivalentes de caixa	(63.086)	(80.961)
Dívida líquida	(62.828)	(80.725)
Patrimônio líquido (ii)	123.695	89.997
Índice de endividamento líquido	(0,51)	(0,90)

(i) A dívida de obrigações com Poder Concedente circulante (Notas Explicativas nº 15). (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 100,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • As obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	Classificação	Contábil	Mercado
Ativos			
Caixa e bancos		1.940	1.940
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	7.019	7.019
Aplicações financeiras (b)	Empréstimos e recebíveis	61.146	61.146

Passivos:

Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	6.755	6.755
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	258	258
Phantom Stock Option (c)	Outros passivos financeiros	240	240

(a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço. (c) O valor do phantom stock option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. **Gestão de riscos:** A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo: a) **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros. b) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. c) **Risco de crédito:** Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$6.389 (R\$6.139 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". d) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Análise de sensibilidade:** *Risco de variação nas taxas de juros:* A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratados pela Companhia:

	Juros a incorrer (*)		
	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25% Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	5,029	3,772 2,514

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

	Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a).....	10,25%	7,69%	5,13%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. Plano de previdência privada: A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$232 (R\$124 em 31 de dezembro de 2015), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

27. Seguros contratados: A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacional, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura	R\$ mil
Veículos	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	Tabela FIPE	
"All Risk" - Responsabilidade civil	Maio de 2016 a Maio de 2017		48.645
"All Risk" - Danos materiais	Maio de 2016 a Maio de 2017		267.415
Riscos diversos	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018		108

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte
Niterói - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade

de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac
Contador
CRC-1SP249186/O-5